



PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

ADMINISTRAÇÃO: 2013/2016

CNPJ: 18.307.504/0001-14

APROVADO

25 / 04 / 2013

Câmara Municipal de Sra. do Porto

PROJETO DE LEI 014 de 19 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE.

ENVIADO AO PREFEITO

29 / 04 / 2013

Câmara Municipal de Sra. do Porto

O Povo do Município de Senhora do Porto, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento para promover ações de apoio e incentivo à atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.

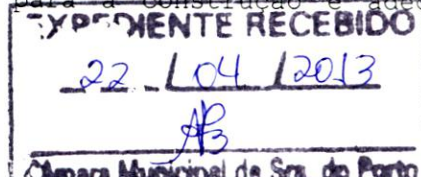
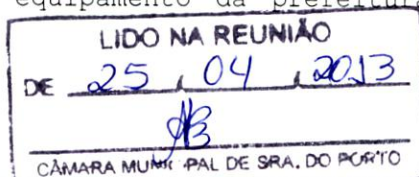
Art. 2º - Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos de forma integral ou parcial ao Município pelos produtores na forma de pagamento em óleo diesel utilizado na execução do projeto, após o primeiro ciclo de produção.

Art. 3º - O valor utilizado pelos produtores terá um custo (juros) de 1% (um por cento) ao ano.

Art. 4º - Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários, arrendatários ou posseiros de estabelecimentos rurais, assentamentos, quilombolas, pescadores ou similares, localizados no Município de Senhora do Porto-MG.

Art. 5º - Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 6º - Cada produtor terá direito de no máximo 30 (trinta) horas de máquinas, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

ADMINISTRAÇÃO: 2013/2016

CNPJ: 18.307.504/0001-14

Art. 7º - Os recursos utilizados serão calculados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando a quantidade utilizada na construção e adequação do tanque.

§ 1º - Os valores estipulados nos artigo 7º poderão sofrer alterações conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para implantação ou adequação da atividade.

§ 2º - O valor do custo corresponderá somente ao óleo diesel utilizado no serviço, não sendo computado outros valores de prestação de serviço.

Art. 8º - Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Art. 10º - Os recursos que comporão o programa referido, serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo Único - O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 11º - Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal poderá oferecer cursos profissionalizantes na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.

Art. 12º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º - Revogam-se as disposições em contrário

Senhora do Porto, 19 de abril de 2013.


Geraldo Lúcio Albino
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

ADMINISTRAÇÃO: 2013/2016

CNPJ: 18.307.504/0001-14

JUSTIFICATIVA

Ilmo. Sr
Matozinho Luiz de Souza
Presidente da Câmara Municipal
SENHORA DO PORTO- MG

Ref. Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o programa municipal de desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade.

Senhor Presidente,

Apresentamos a Câmara de Vereadores o Projeto de Lei n. 14/2013, que autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o programa municipal de desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade.

O Projeto de Lei tem como principal finalidade participar do Programa de Apoio a Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar no Brasil, disponibilizado no Portal de Convênios do Governo Federal - SICONV, na programática do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Este Programa de Apoio é uma oportunidade para os produtores rurais Portuenses, uma vez que subsidiará uma nova forma de geração de renda diversificando a atividade econômica no Município, melhorando a qualidade de vida do homem e da mulher do campo.

Para que o Município possa realizar a proposta de inclusão no Programa faz-se necessária a aprovação deste projeto de Lei, sendo que os procedimentos posteriores exigidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura deverá ser efetuado até o dia 30 de abril de 2013, razão da urgência do referido projeto.

Assim sendo, pelo interesse público de que se reveste a presente iniciativa, levando-se em consideração o desenvolvimento econômico, conseqüentemente o bem estar social e melhorias na qualidade de vida no Município, solicitamos que o mesmo seja apreciado e votado nos termos do regimento interno da Câmara e da Lei Orgânica Municipal.

Senhora do Porto, 19 de abril de 2013.


Geraldo Lúcio Albino
Prefeito Municipal

